

Rio, uma utopia sem amor: violência de gênero e homicídio contra mulheres meretrizes nas revistas policiais do Rio de Janeiro (1892-1925)

Rio, a loveless utopia: gender violence and homicide against prostitute women in
police magazines in Rio de Janeiro (1892-1925)

Wellington do Rosário Oliveira¹

Resumo

Hoje em dia, pode parecer banal a afirmação de que tais discursos funcionaram como mecanismos de controle social, reforçando imagens, valores e padrões sociais que determinavam o grau de civilização em uma determinada sociedade. Posto isto, o presente trabalho tem como objetivo, problematizar discussões no que se refere às práticas cotidianas sofridas por mulheres meretrizes na cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1892 e 1925, a partir de crônicas policiais da imprensa carioca, bem como a utilização das revistas Boletim Policial, Vida Policial e Revista Criminal. O momento em questão, se mostrou eficaz no sentido de analisar e compreender as percepções sobre violência de gênero, em especial se tratando de agressões e crimes de homicídio. O estudo busca ainda, analisar o contexto social no qual essas mulheres estavam inseridas, imersas a um conjunto de políticas de contenção que semeava rumo a construção de uma imagem de cidade moderna e utópica, além de narrativas de violência física e de assassinatos.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Rio de Janeiro.

Abstract

Nowadays, it may seem trivial to claim that such discourses functioned as mechanisms of social control, reinforcing images, values, and social patterns that determined the degree of civilization in a given society. That said, the present paper aims to problematize discussions regarding the daily practices suffered by prostitute women in the city of Rio de Janeiro, in the period between 1892 and 1925, from police chronicles of the Rio de Janeiro press, as well as the use of the magazines Boletim Policial, Vida Policial, and Revista Criminal. The moment in question proved to be effective in the sense of analyzing and understanding perceptions about gender violence, especially when it comes to assaults and homicide crimes. The study also seeks to analyze the social context in which these women were inserted, immersed in a set of containment policies that sowed towards the construction of an image of a modern and utopian city, in addition to narratives of physical violence and murders.

¹ Mestrando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Desenvolve pesquisas nas áreas de história do crime, imprensa, prostituição, violência e gênero. Contato: hwellingtonk@gmail.com.

Keywords: Gender. Violence. Rio de Janeiro.

Introdução

Vinculando-se à história cultural e à busca da história da vida privada de mulheres públicas, as análises de Ginzbug (1989) e Perrot (1989), apresentam a base para tal abordagem, possibilitando caminhos de investigação minuciosa sobre grupos envolvidos no anonimato e nas interpretações históricas. A partir dessa reflexão de pesquisa histórica, cabe ao historiador, valendo-se de argúcia e sensibilidade, buscar nos pequenos sinais, fragmentos capazes de proporcionar caminhos possibilitados de inserir sujeitos excluídos no âmbito da história. Isso porque, segundo Perrot (2016), diferente do que ocorre com grupos dominantes, sujeitos marginalizados não deixaram seus registros num corpo coerente e organizado, mas por meio de discursos e métodos legais e judiciais, o que gera uma percepção narrativa da ação do poder sobre os dominados.

Arelado ao método utilizado na construção do saber histórico que reside no caráter especulativo e investigatório, é possível desenvolver diferentes narrativas a partir de investigações minuciosas sobre sujeitos que, numa tendência de longa duração, estiveram, de acordo com Chalhoub (1986), às margens das denominadas “classes perigosas”. Ainda nessa tendência metodológica que implica não somente em uma nova história das mulheres, mas também em uma nova história, Scott (1990) lembra que o gênero é apresentado como um elemento capaz de constituir relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre sexos e como uma maneira de dar significado às relações de poder. As relações entre violência de

gênero, por sua vez, se tornaram matéria-prima dessa forma de narrativa histórica, espaço definido da história, no qual as mulheres, aparecem principalmente em papel destacado para além do viés patriarcal de mulheres “submissas e passíveis”.

Neste sentido, com diferentes textos históricos, há também diferentes interpretações das formas de violência, compondo uma genealogia que constrói uma análise dos escritos que buscam rastrear os corpos em suas mais variadas representações, seja no discurso médico, legal, religioso ou jornalístico. A Modernidade trouxe consigo os seus “milagres” no século XIX, que reverteram esse silêncio das camadas empobrecidas em forma de algaravia, principalmente entre as mulheres que lutavam pela conquista no espaço urbano. Essa batalha, segundo a historiografia de Perrot, ainda hoje, não foi totalmente vencida, pois o “silêncio tende a abater os gritos e gemidos abafados, seja pela via religiosa das mulheres de família, ou por via profana, como a prostituição” (PERROT, 2017, p.45).

Sobre as mulheres e o espaço urbano no começo do século XIX para o XX, a ideologia do higienismo foi ainda a mais conspícua na forma de diagnosticar e dar sentido inverso à feminilidade, como a prostituição feminina. Foi nessa época, que se estimulou a continua vinda de imigrantes europeus para países como Brasil e Argentina. O propósito declarado era o de atrair mão de obra, mas a ideia de “branqueamento” seguramente desempenhou um papel importante na luta pelo espaço urbano. Nesse contexto, segundo Rago (2008) alinhado ao fenômeno das “escravas brancas” em analogia ao modo de exploração escravista, regime que perdurou até o advento da Primeira República, meretrizes estrangeiras se

misturavam com às mulheres negras recém libertas, demarcando uma “geografia da prostituição” no cenário carioca daquele período.

No caso do tráfico das “escravas brancas”, vale atentar para a utilização dessa metáfora importada do comércio dos escravos negros, já extinto em meados do século XIX. Designando as mulheres trazidas do exterior para se prostituírem nos mercados argentino, brasileiro e norte-americano, esta metáfora inscreve-se nos marcos de um pensamento romântico conservador, obcecado em preservar a virgindade das moças das famílias burguesas. (RAGO, 2008, p. 317)

Ao analisar a criminalidade no Rio de Janeiro, no período entre 1880 e 1930, os historiadores se propõem a um duplo desafio. Ao longo dessas cinco décadas, a cidade sofreu transformações profundas, além de sucessivas ondas migratórias que despertaram os mais variados personagens, deixando os aspectos provincianos de cidade desorganizada, para se tornar o principal centro econômico do país. Com isso, vimos que momentos de transformações bruscas são, simultaneamente, cenários de tensões, conflitos e confrontos. Atrelado a isso, o discurso da imprensa vinha se destacando no sentido de redefinir os padrões sociais, valores e normas de condutas implementadas mediante a ação de instituições e práticas discursivas, extraíndo assim, sua razão de ser um meio de controle social.

Com o advento da chamada Escola dos Annales, movimento historiográfico francês que teve início na década de 1930, desenvolveu-se a primeira grande propagação da ideia da imprensa jornalística como documento relativo ao ofício do historiador. Até o começo do século passado, a história era feita a partir dos grupos dominantes, através de documentos que se limitavam em escritos de caráter legal e judicial. Embora a imprensa nacional estivesse habituada a relatar, por meio dos

seus boletins diários, os aspetos corriqueiros da sociedade, esses documentos só se tornaram objeto de estudo no campo historiográfico a partir de 1980, com a popularização dos estudos de gênero e criminalidade. Com isso, difundiu-se, a partir da década de 1910, as revistas policiais em formato de jornal. Nessa, em especial foram analisadas as revistas Boletim Policial, Revista Criminal e Vida Policial, publicadas no Rio de Janeiro entre os anos de 1910 e 1925.

Nesse tocante embate historiográfico, conforme Kushir (1996), os historiadores examinam que toda fonte pode, por definição, oferecer pistas e abrir caminhos para novas narrativas, ainda que minuciosas, e não devendo ser descartadas por isso. A pretensão de oferecer um quadro fidedigno do que ocorreu, o historiador contrapõe uma tarefa, apenas aparentemente mais modesta, de identificar e interpretar os minuciosos sinais, conferir inteligibilidade e sentido às tramas discursivas. O objeto de estudo desta pesquisa são mulheres acossadas por códigos de honra rigorosos e pela virilidade, personalizados nas figuras do homem despótico, através do status de masculinidade. São mulheres prostitutas que, de certa forma, caminhavam na contramão de um sistema de valores que não raras vezes, reprimia o seu entendimento ou a sua capacidade de adequação social.

Por conseguinte, a questão da criminalidade aparece pouco mais do que um mote para a construção de uma imagem parcial, mas atizada pelo que releva de uma parte da criminalidade na sociedade carioca. Tanto a imprensa quanto as revistas policiais, prosseguiram cada vez mais preservando os códigos de organização familiar e distorcendo a presença de sujeitos subalternos na sociedade.

A construção de estereótipos, como a prostituição como um “mal necessário”, aparecia de forma dramatizada ou até mesmo romantizada nos inquéritos judiciais. Nas crônicas policiais e nos diversos sistemas que buscavam tipificar a ação de criminosos e marginais, foram sendo criados dados, indícios e registros da presença desses sujeitos como “transgressores”. É a parcela pobre da população carioca, incluindo as meretrizes, que ocupam preferencialmente o centro de um dos principais enredos utópicos de “cidade civilizada”, e que foram expressas através de crimes de violência de gênero e homicídio por homens tidos “de bem”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o eixo central da abordagem proposta situa-se dentro dos marcos teóricos e metodológicos que norteiam os estudos sobre a análise de documentos periódicos. Toda a documentação selecionada, desde as revistas, imagens que acompanham as narrativas e os jornais, podem ser consultadas diretamente pela plataforma da Hemeroteca Digital, na Biblioteca Nacional, a partir do mecanismo de busca por data e periódico. Foram utilizadas as revistas; *Boletim Policial* (1907-1933), mensal e de vínculo com Gabinete de Identificação e Estatísticas da cidade; a revista semanal *Vida Policial* (1925-1927), considerado um órgão de defesa social; e a *Revista Criminal* (1927-1934). Todas essas tinham em comum o noticiário sensacionalista que girava em torno da criminalidade na cidade. Além disso, foram consultados o *Arquivo Vermelho* e a revista ilustrada *O Malho*. Em síntese, diferente da imprensa comum, essas revistas reforçavam a construção dos campos simbólicos de representação sobre a criminalidade a partir de estudos e debates científicos. Ou seja, não tinham objetivo

impor padrões sociais e morais, como de praxe pelos demais jornais, mas sim de divulgar os perigos eminentemente urbanos.

Uma realidade tropical

Durante o período da Primeira República, inúmeros trabalhos apontam as diversas facetas do mundo da prostituição feminina em diferentes centros urbanos do país. Em meio a um processo de modernização e progresso instaurado pelo regime republicano, houve também uma tentativa de formular um novo tipo de sociedade, mais cosmopolita, de violência contida e que se inspirava nos modos europeus, principalmente franceses. Era, de acordo com a relação com o panóptico de Jeremy Bentham (1791), um modelo generalizável de funcionamento capaz de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens. Assim, informadas pela pedagogia da medicina sanitarista, as cidades deviam seguir um modelo de cidade civilizada e sobretudo, vigiada através de mecanismos que sugeriam um duplo padrão de moralidade, separando os sujeitos entre “respeitáveis” e “imorais”

Mas, na prática, até o começo do século XX, a saúde pública, a miséria e as formas de violência acusavam a precariedade do Rio de Janeiro, tomando outros rumos após o movimento “bota-abaixo”, coordenado pelo então prefeito, Pereira Passos, segundo Galeano (2012). Os personagens dessa história, debatiam-se por um lugar em um sistema de valores que não raras as vezes, fugia ao entendimento ou a sua capacidade de adequação desses indivíduos na esfera urbana. Do mesmo modo, não chega a ser novidade a constatação de que tais discursos e métodos tenham se voltado aos distintos setores diferenciados da sociedade, tendendo a

serem mais brandos ou rigorosos, de acordo com os critérios discriminatórios socialmente construídos.

Nesta perspectiva, historicamente, as mulheres carregavam nos silêncios de seus corpos, grandes diferenças culturais, sociais, religiosas e éticas, ou seja, tabus dos quais a sociedade não falava, mas que influenciava e determinava o rumo das vidas delas. Recentemente, diferentes ensaios inseridos no campo historiográfico e sociológico problematizaram, por via de abordagens e perspectivas distintas, a sexualidade pressentida no corpo das mulheres meretrizes que, naquele imaginário social, representavam uma “explosão” de vibrações profanas, consideradas uma “ameaça” à moral. Sendo assim, a partir desse ponto de vista, os documentos sobre as representações femininas se encontram fragmentados em múltiplas fontes históricas, quase sempre relativas às narrativas de desordem urbana, como crimes de violência de gênero, homicídio e até certo ponto, suicídios.

Antes de mais nada, é preciso situar o leitor ao contexto histórico no qual essas mulheres estiveram inseridas. Na passagem de um século para o outro, o Brasil caminhava de Monarquia à República e na prática, nada melhorava. Os pobres, segundo a autora Engel (1989), cada vez mais eram identificados como “perigo”, as habitações coletivas eram o epicentro do contágio de doenças, como a febre amarela e a cólera, compondo, assim, a cidade doente. O Estado incumbia-se da vigilância e fiscalização da cidade, enquanto o serviço de polícia sanitária intervinha nas casas, comércios, bordéis, fábricas e hospitais, que eram considerados pontos de ameaça à higiene moral e social.

No Rio de Janeiro, Pereira Passos, conhecido pela política da “bota-abaixo”, seguiu expulsando pessoas pobres de suas moradias e destruindo-as para dar lugar à novas construções, com o intento de “embelezar” a cidade para atrair olhares estrangeiros. Pretendia-se com isso, reproduzir um projeto estético para tornar o Rio, a “Paris Tropical”, e isso seria possível por meio da retirada dos pobres, muitos ex-escravos, do meretrício e da desordem urbana de circulação no centro da cidade. Esse expulsamento compulsório apenas substituiu o problema sanitário para outras regiões, promovendo a interiorização da cidade, dando lugar a novos cortiços e favelas, como a região do Mangue.²

Era precisamente o aspecto ostentoso que envolvia estas artérias e seus aristocratas caminhantes o que incomodava a alguns escritores, fundamentalmente aos críticos das políticas urbanas que modernizavam expulsando as classes populares do centro. Era o caso de Lima Barreto: em 1915, condenava essas ‘elegâncias idiotamente binoculares’ que se multiplicavam junto com os bulevares. Para este flâneur dos subúrbios cariocas, o Rio de Janeiro corria atrás da ilusão de parecer a Paris ou, o que era ainda pior, a versão sul-americana de Paris (GALEANO, 2012, p. 92).

Através dessa modificação brusca na paisagem urbana, que os *rendez-vous*, antes localizados no centro, foram sendo obrigatoriamente jogados para outras regiões da geografia da cidade. Com isso, ocorreu a modificação da “geografia do prazer”, termo eufemisticamente discutido por Rago (2008) ao atribuir uma geográfica capaz de localizar o meretrício na cidade de São Paulo do mesmo

² Revista Criminal. Rio de Janeiro, 15/08/1927. Ver: Hemeroteca Digital.

período. Na sociedade carioca, muitos bordéis espalhados pelos bas-fonds³ da cidade davam lugar à espaços de sociabilidade para os homens do proletariado, como os bares e botequins. Um dos mais reconhecidos nesse contexto, foi a Casa de Maria Balão, na década de 1920, onde aconteciam espetáculos dentro e fora da propriedade para os homens que vagavam pelo centro da cidade. Assim como esse, outros bordéis, sob várias modalidades e, nesse sentido, refere-se aos prostíbulos clandestinos, multiplicavam frente aos lares de famílias que se viam ameaçados pelos “antros de perdição”.⁴

Figura 1 – Casa de “rendez-vous” de Maria Balão. Vida Policial, Rio de Janeiro, 01/05/1926



Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional

Embora o meretrício carioca tenha se expandido entre fins de um século para o outro, esse fenômeno teve suas raízes históricas demarcadas a partir da chegada da Família Real, em 1808. A transformação súbita do Rio em capital do Império, de acordo com Priore (2017) estimulou o desenvolvimento econômico da cidade, como também crises econômicas. Com o aumento da população, havia, no

³ Termo em francês que passando do sentido topográfico para o social corresponde a lugares marcados a se afundar: subsolos, avessos, bairros baixos.

⁴ Vida Policial. Rio de Janeiro, 01/05/1926. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

entendimento da época, um déficit de mulheres capazes de atender às masculinidades dos trabalhadores. Na calada da noite, muitas mulheres que durante o dia trabalhavam como modistas, costureiras ou vendedoras, entregavam-se à prostituição. Essa noção só foi sendo desconsiderada a partir do momento em que o discurso médico passou a apontar a prostituição como principal causa da proliferação das doenças venéreas. A solução foi “importar” meretrizes das Ilhas das Madeiras e dos Açores, impulsionando, tempos depois, o “tráfico de mulheres brancas” (SOARES, 1992, p.72).

Esse fenômeno do tráfico de escravas brancas coincidiu com o fim do modo de exploração escravista no país, que, segundo Chalhoub (1986) na perspectiva da história das mulheres, acabou resultando, em grande escala, no meretrício de mulheres escravas recém libertas. Conforme denota diferentes autores sobre o período, as políticas sanitárias e policiais se empenhavam no dever de moralizar ou, até mesmo em certos casos, de reprimir o meretrício por meio de métodos de identificação e legalização dos bordéis, além de outras tentativas de controle social. Os meios comuns, neste caso, eram os processos de identificação, posteriormente sugerido por “prontuários de meretrizes”, bem como fichas médicas que asseguravam certa vigilância sobre esses corpos em constante movimento e de difícil localização.

Essa preocupação moral se dava tanto na esfera pública quanto privada, isso porque muitas meretrizes costumavam ficar sobre as janelas dos casarões atraindo homens e, com isso, “corrompendo” as famílias. Ao sair da região central,

alguns bondes trafegavam pela região norte, uma das principais zonas características da prostituição na cidade. A solução aparente, por parte de políticas públicas, como lembra Isabel Vincent (2006), foi de afastar esses casarões antigos onde funcionavam pensões e bordéis clandestinos para o Mangue, uma região localização portuária próxima ao cais de marinheiros.

Figura 2 – Trecho da rua Joaquin Silva, uma das localizações do meretrício carioca. Vida Policial. Rio de Janeiro, 03/07/1926



Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

A prostituição no Rio de Janeiro apresentava três características um tanto distintas. A primeira se refere à alta roda, seguido da baixa camada e a prostituição clandestina. Na primeira categoria, trata-se especificamente de mulheres que “recorriam” à proteção de caftens e caftinas, que lhes proporcionava um certo conforto e luxo, como as cocotes francesas. No baixo meretrício, normalmente se encontrava, de acordo com narrativas periódicas, mulheres pobres e, em muitos casos, negras recém libertas ou então, mães solteiras e de meninas pobres, mas que eram vistas como “atraentes”. Ainda sobre a prostituição baixa, as meretrizes costumavam viver amontadas em pequenos casebres, sendo expostas à sífilis e

outras doenças epidêmicas, como a gripe espanhola, além de serem projetadas às ruas sem nenhuma proteção. Por fim, a prostituição clandestina era aquela que concentrava o “mercado da carne humana”, mulheres que viviam em cárcere e que, na sua grande maioria, foram vítimas do tráfico chefiado por proxenetas criminosos.

O saber médico, por sua vez, tentava fornecer os suportes científicos e técnicos para assegurar a saúde e o confinamento das meretrizes enfermas. Desde o século XIX, a prostituição surge como um objeto do saber médico através de inúmeros trabalhos de cientistas europeus, como Parent du Châtelet (1836) e Pauline Tarnowsky (1889), nos quais ambos apresentam teorias distintas sobre a dimensão moral do corpo das mulheres meretrizes na Europa. No Brasil, os estudos sobre a prostituição provêm desde o século XIX, com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro organizando e delirando estudos acerca do “caos” que o submundo da marginalidade proporcionava, no qual a prostituição fazia parte. Segundo Engel (1989) os textos médicos publicados no Rio de Janeiro buscavam enquadrar os comportamentos sociais através de interesses burgueses, transformando o corpo e a sexualidade como barreiras morais entre a sexualidade sadia e a perversão.

Em um estudo publicado na Europa sobre as grandes capitais do mundo onde a prostituição e o lenocínio se expandiam com maior frequência, o Rio de Janeiro ocupava a terceira posição entre as cidades da América, seguidos por Nova York e Buenos Aires. O estudo intitulado *Agence de Publicité annonces et commerciales*, indicava ainda outros centros urbanos para onde convergiam as rotas

do tráfico de escravas brancas, como São Paulo, Assunção e Montevideo.⁵ Conforme o historiador francês Kalifa (2017) essas três cidades em especial, monopolizavam constantes ondas migratórias, além de serem consideradas importantes centros comerciais que careciam de uma vigilância policial e sanitária capaz de conter a criminalidade.

Todas essas cidades possuíam políticas próprias de contenção e repressão do lenocínio. Contudo, principalmente no Rio, havia uma região específica onde havia uma movimentação muito marcante de meretrizes em situação de higiene extremamente precária, além das formas de violência. Se tratava da região do Mangue, conhecida também, além de pelo meretrício, pela insalubridade e pela comercialização de drogas, como a cocaína,⁶ ademais, era tido como principal reduto por onde “rastejavam” as vítimas do tráfico de mulheres obrigadas a se prostituir pela máfia *Zwi-Migdal*.⁷ Em relação a esses espaços que insultavam a lei e a moral, o Código Penal de 1890, previa pena rigorosa para sujeitos que administrassem espaços que promoviam o lenocínio e ofendiam a moral por meio de atos de ultraje ao pudor público e vadiagem.

⁵ Vida Policial. Rio de Janeiro, 09/04/1925. In: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

⁶ Boletim Policial. Rio de Janeiro, 06/06/1914. In: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

⁷ A Zwi-Migdal foi uma organização criminoso com sede em Buenos Aires e que atuou entre os anos de 1880 e 1930, traficando e explorando mulheres oriundas do continente europeu para a prostituição clandestina na América do Sul, tendo ramificações em cidades como Montevideu, Rio de Janeiro e São Paulo. Vale ressaltar ainda, que foi uma, dentre várias outras máfias que originou o “fenômeno das escravas brancas”, de acordo com a historiografia contemporânea brasileira e argentina sobre prostituição feminina.

Observa-se assim, que durante a chamada *belle époque*, houve uma difusão dos elementos discursivos analíticos em relação às mulheres consideradas subalternas e que enveredaram suas ações no cotidiano daquela sociedade. As atitudes de conformismo ou antagonismo, frente às resistências de controle social, tornou-se foco de tensão sob perspectiva de diferentes discursos, como a imprensa. Diferentes métodos buscaram transmitir para a sociedade a via-crúcis de um corpo subversivo travado no ideário do “mal necessário”, que ao mesmo tempo que reprimia, sustentava a prostituição feminina. As reações adversas a essa “ordem”, por parte das mulheres públicas, dos mendigos, vadios e dos criminosos, encontram-se fragmentadas em diferentes discursos já mencionados anteriormente, sendo todos contaminados por um falso moralismo que orbitava e transformava as perversões sensuais em meros sistemas educacionais.

Por fim, o imaginário de uma cidade utópica, moderna e parisiense só foi possível através de políticas públicas que interagiam com a sociedade, varrendo a imagem internacional de cidade suja, labiríntica, doentia e perigosa. O efeito avesso à noção de ordem e progresso, fez do lenocínio no Rio de Janeiro algo mais problemático, pois, a medida em que eram varridas para outros espaços, maior ainda era o acesso à informação a fiscalização e ao saneamento básico. Em meio a esse processo excludente, percebemos as raízes da gênese que permeiam as violências de gênero por parte dos grupos marginalizados socialmente. Além da exploração carnal, das agressões físicas e dos crimes de sangue, essas mulheres estiveram expostas às malevolências das políticas de higiene moral. Como lembra

Darmon (1991) o começo do século XX foi um período histórico marcado pelo anseio de um ideário utópico de “paraíso tropical”, onde mulheres da vida foram inseridas em diferentes formas de violência, moral e psicológica, da exclusão à discriminação.

Entre socos e navalhas

Tratando-se do silêncio historicamente assimilado à representação da mulher considerada “marginalizada” no espaço urbano, os arquivos periódicos e judiciais são os mais ricos sobre o tema. Seguindo essa tendência, a historiografia se propõe a objetivar essas fontes, articulando problemáticas que buscam explicar a origem da repressão moral e religiosa na vida cotidiana de mulheres durante a Primeira República. A partir de um dos mais notáveis trabalhos a respeito das formas de violência feminina no Rio de Janeiro, partindo de uma análise de fontes criminais, Soihet (1989, p.23) argumenta que “na luta cotidiana marcada pelas dificuldades de se movimentar nos espaços reduzidos à cortiços populares, as mulheres estiveram subordinadas frente à diversas situações”, ou seja, sofrendo na carne os efeitos da ordem.

Por ocasião, Pierre Bourdieu (2012) afirmou que “a história das mulheres é, antes de tudo, a história da dominação masculina”. Contrariando, ainda que parcialmente, Perrot (1995) afirma que a dominação masculina é, com efeito, uma estrutura fundamental da organização das relações entre os sexos e, por consequência, da organização da sociedade, visto que a família é o pilar que sustenta esse discurso. Diferente do que afirma Bourdieu, de que a história das mulheres não é capaz de mudar o rumo das coisas, Perrot salienta que tal afirmação

é equívoca, pois a dominação masculina não é uma estrutura imóvel, ela pode ser constantemente mudada, como já tem acontecido na historiografia contemporânea.

Assim, entende-se que as abordagens de gênero, discutida por Scott (1990), faz parte de uma conquista recente, e que auxilia no entendimento de narrativas sobre as mulheres em um determinado período, funcionando, ainda, como aporte teórico-metodológico, partindo de olhares interdisciplinares. Diferentes narrativas cujo comprometimento em relação a abordagem de gênero apresentam nuances das formas de problematizar, por exemplo, o corpo feminino em suas mais variadas formas de representação. No Rio de Janeiro, tendo como exemplo, a historiadora Engel (1998) ao analisar os crimes de gênero, lembra que na maioria dos casos levantados, ocorriam em “defesa da honra e por ciúmes”, que nada mais era do que índices relativos aos crimes de homicídio e tentativas de homicídio, bem como de lesões corporais, cujas vítimas foram, majoritariamente, mulheres pobres.

Não é de hoje que a violência contra as mulheres se tornou parte de uma herança cultural. Entretanto, se tratando desta pesquisa, a violência de gênero não se resume à física, havendo diversas outras modalidades descritas. Assim, compreendendo a violência por outrem como afirmação mais evidente da alteridade, serão discutidos casos que ganharam as páginas da imprensa e das revistas policiais no período abordado, no sentido de dar visibilidade para expor esses problemas que por vezes estiveram ocultos, seguindo a metodologia aplicada de Luca (2008). Vale ressaltar, que por mais a imprensa do período passasse certa “visibilidade” em casos graves envolvendo meretrizes, é preciso reconhecer que se

trata de narrativas e discursos orientados por interesses demagógicos. São personagens excluídos apanhados no centro das profundas transformações socioeconômicas do país, firmado com o positivismo de “ordem” e “progresso”.

Por vezes, a questão da criminalidade e da marginalidade parece pouco mais do que um mote para revelar representações da sociedade carioca. Os códigos de organização moral, as imagens da desordem social e a construção de estereótipos de grupos sociais, surgem dramatizados em fontes periódicas, nas narrativas de queixas, denúncias e campanhas policiais. A imprensa costumava tipificar os delinquentes e as formas de vadiagem como sendo parte de uma parcela da ocupação popular nos enredos dos grandes centros urbanos. No que se refere às fontes históricas, à medida em que as mulheres deixaram de estar confinadas no âmbito da vida privada para se tornarem figuras públicas, proliferam-se as fontes de caráter judicial a partir do século XVIII, em relação à manutenção da ordem.

A partir dos séculos XVII e XVIII os arquivos policiais passaram a ser os mais ricos no que se refere a História das Mulheres, quando a ordem nas ruas se tornou uma obsessão, pois foi o período onde as mulheres começam a perturbar as ordens com mais frequência e se tornarem mais livres em relação aos homens (PERROT, 2016, p.23).

Nessa luta cotidiana pela sobrevivência, demarcada sobretudo pelas narrativas acerca da ordem social e discriminatória, faz-se necessário introduzir no âmbito da discussão, tais apontamentos sobre as diferentes representações do feminino na sociedade. A onda de violência que atingia as mulheres no Rio, provinha de todos os cantos e ocupações; no espaço privado, através da divisão sexual e da responsabilidade materna, e no âmbito público, com a discriminação social na

utilização do corpo feminino no campo do trabalho. É uma violência que permeava as relações de poder naquela sociedade e que recaía todo seu peso sobre cada aspecto da vida feminina em sociedade.

A partir das fontes analisadas, notou-se que a violência, em grande escala, não se limitava a atos de agressão física, já que a mesma provém de uma normatização viabilizada pela própria cultura, por meio das noções de submissão feminina e discriminação. Vale lembrar que a incidência sobre a história das mulheres a partir da perspectiva da violência simbólica, pressupõe uma “adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação” (SOIHET, 1989, p. 34). Um dos objetivos de se compreender a história das mulheres, segundo Chartier (1995) é constituir uma análise dos discursos e práticas manifestados em múltiplos registros para garantir o consentimento feminino às representações dominantes da diferenciação entre os sexos.

Por meio do material coligido, a relação estreita entre as regras do jogo legal e as normas sociais, elaboram narrativas que destacam as tentativas de homicídio e agressões físicas contra mulheres meretrizes. Na grande maioria das vezes, justificava-se através de “crimes passionais” que, segundo a historiadora Corrêa (1989) explica-se judicialmente como “uma paixão social, fazendo do crime não uma aberração, mas uma reação provocada pelo sentimento de defesa da honra e da virilidade”. Entre as meretrizes, a violência esteve ainda mais onipresente, pois muitos proxenetas costumavam “educá-las” e reprimi-las com agressões físicas, mas

ao mesmo tempo, foram sendo amenizadas pelas autoridades policiais como “casos isolados de acertos de contas, dívidas ou casos de rebelião”.

Nos mais fúnebres dos casos, em 1929, o periódico *Últimas Notícias* publicou uma notícia referente a uma agressão por parte de moradores da rua Júlio do Carmo, contra a meretriz Elisa Correia, que estava a caminhar por aquela região. Após ter sido atingida com jatos de água por funcionários de uma barbearia local, a mesma se direcionou aos sujeitos questionando o motivo de tal comportamento, recebendo, logo em seguida, várias contusões pelo corpo. As autoridades policiais prestaram assistência à vítima, que foi medicada e prestou queixa à delegacia daquele distrito. O acusado foi recolhido ao xadrez e trancafiado.⁸ O agressor foi processado porque, de acordo com o Código Penal de 1890, Art. 180, era previsto pena de até um ano de detenção e multa em casos de agressões contra a “liberdade pessoal”.

Do outro lado, o exercício policial, ao mesmo tempo que buscava controlar o meretrício, carregava consigo o desrespeito em relação às “mulheres da vida”, de acordo com as esparsas narrativas da imprensa carioca. Entre as diferentes ocupações do meretrício, os lugares considerados mais perigosos eram onde a repressão física por parte do policiamento era ainda mais marcante. Isso porque os olhares tênues dos meios repressivos indicavam uma mesma indagação retórica e governamental em prol do controle social. O historiador Marcos Bretas (1997) afirma que a repressão policial contra as prostitutas era algo ainda mais complexo, já que

⁸ Últimas notícias. Rio de Janeiro, 12/03/1929. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

era comum o envolvimento amoroso das autoridades nas zonas do meretrício. Ou seja, na prática, para o que deveria ser usado como “última instância”, a violência corporal contra as mulheres era comum e emergia em meio às denúncias periódicas de casos que envolviam policiais, militares, sargentos e soldados da Guarda Civil como amantes e agressores.

A revista *Vida Polícia*, de conteúdos destinados às discussões no âmbito da criminologia no Brasil e no mundo, costumava publicar em suas seções, uma série de artigos destacando os mais variados temas, além de “cobrir investigações do cotidiano carioca com certa dose de sensacionalismo” (SHIZUNO, 2011, p. 22). Embora a revista dialogasse apontando o quão defasada era a polícia carioca, o discurso se voltava contra os grupos marginalizados que ficavam sob um pedestal das razões criminalísticas discutidas no período. Certos casos só foram publicados pela revista por se tratar de denúncias graves envolvendo membros de diferentes corporações, acusados de agressão física e moral contra mulheres meretrizes. Foram três casos distintos em um curto período de tempo, envolvendo dois soldados e um sargento da polícia, sendo esse último, acusado de ser amante de uma das vítimas.

O primeiro deles foi publicado pela revista em 10 de novembro de 1925, tendo como personagem a meretriz Cecília Maria da Conceição, identificada como sendo uma mulher negra, de idade mediana e que morava na rua Pinto de Azevedo, imóvel n. 28. De acordo com a notícia, a “desgraçada mulher”, como foi apresentada, teria comparecido à Delegacia do 9º Distrito Policial, no bairro Catete,

denunciando o sargento 56 da 3ª companhia do 6º batalhão de ronda pública, de ter lhe agredido com um sabre, objeto perfurante usado pela cavalaria. Ao comparecer na Delegacia, Cecília apresentava ferimentos pelo corpo e manchas de sangue na região facial. Pela gravidade dos ferimentos, ela foi submetida ao exame do corpo de delito, enquanto ao acusado, nenhuma informação foi emitida nas edições posteriores, somente que a Delegacia iria abrir um inquérito para averiguar a conduta do sargento.⁹

Ainda naquele mês, outro caso foi noticiado pela referida revista, desta vez envolvendo a meretriz Marietta Lopes e o sargento da Polícia Militar, Theodoro Moss. A motivação aparente teria acontecido depois de o sargento tentar, por diversas vezes, conquistar a confiança da vítima, até que decidiu lhe agredir por não ter sido correspondido amorosamente.¹⁰ Pouco menos de um mês depois, no 9º Distrito Policial, outro sargento foi acusado de ter espancado uma meretriz, identificada como Eva Troshege, que em sua defesa, alegou ter recusado manter relações amorosas com o agressor, o que teria motivado as agressões. Segundo informes daquela Delegacia, o “policial criminoso” teria premeditado a agressão, que foi assistida por várias pessoas à luz do dia. Após o “espetáculo”, o sargento fugiu tomando rumo desconhecido. Novamente, não se teve mais notícias sobre o caso, mas até aquela presente data, um inquérito foi aberto para apurar os fatos, enquanto o acusado teria permanecido impune.¹¹

⁹ Vida Policial. Rio de Janeiro, 10/10/1925. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

¹⁰ Vida Policial. Rio de Janeiro, 17/10/1925. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

¹¹ Vida Policial. Rio de Janeiro, 07/11/1925. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

Ao analisar a prostituição na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, a historiadora Cristiana Schettini (2002) denuncia, a partir de um vasto escopo documental, as falcatriuas dos “homens de farda” no envolvimento com o meretrício. Não por acaso, a historiadora mostrou ainda que havia uma série de divergências no tratamento da prostituição com base em diferentes corporações no Rio de Janeiro. Enquanto alguns marinheiros e militares subalternos promoviam cenas lúdicas com as meretrizes nos prostíbulos da cidade, os militares se sentiam “intimidados”, já que, como de praxe, era o dever deles patrulhar a cidade em prol da ordem. Então, além dos acontecimentos internos entre prostitutas e autoridades, os superiores precisavam lidar com outro problema, a rivalidade entre os oficiais em razão dos “instintos sexuais”.

Se para os brigões as prostitutas eram um pretexto para a expressão de rivalidades ou para a exibição de valentia, aos olhos de seus superiores as tais “rameiras de baixo estofo” eram uma desculpa das mais convenientes para as confusões provocadas por seus subordinados. (SCHETTINI, 2002, p. 37).

Dessa forma, as narrativas de agressões se repetiam de forma continua no período analisado, totalizando 13 reportagens em periódicos e revistas policiais envolvendo violência policial em diversas ocupações nas zonas de meretrício. Citando caso análogo, no começo da década de 1920, o jornal *Gazeta de Notícias*, trouxe a público uma grave acusação contra um renomado comissário de polícia do 9º Distrito Policial, por sinal, mesmo distrito que aparece em casos anteriores. A queixosa foi a meretriz Luzia de Mello, que acusou ter sido vítima de insultos por parte de outra meretriz e que foi espancada pelo sargento Augusto Barbosa, que

naquela ocasião, fazia ronda junto com outros dois soldados. Banhada em sangue, o então delegado, Dr. Vieira Braga, solicitou que a corporação investigasse o caso e avaliasse a conduta do acusado, além de submeter Luzia ao exame de corpo de delito.¹²

No interior dos bordéis e cabarés, as agressões físicas entre meretrizes e clientes eram ainda mais frequentes do que no espaço público. Dentre os casos mais comuns percebidos através da análise das fontes, podemos destacar as agressões entre as meretrizes, motivadas pelos ciúmes com amantes, por desavenças pessoais ou brigas sem motivação aparente. Nesses casos, as agressões são narradas como sendo brigas corporais e, não raras as vezes, o uso da navalha toma as rédeas do acerto de contas. A navalha, de acordo com Vincent (2006, p.101), era uma ferramenta muito utilizada entre os proxenetas como forma de punir as mulheres que se recusavam a se prostituir de forma voluntária. Quanto mais resistiam, mais marcados eram os seus corpos e, com isso, eram discriminadas ao ponto de serem “úteis” apenas aos homens pobres, desde ébrios, sujos, vadios, marinheiros e estrangeiros, cuja beleza não apresentava algo “relevante”.

¹² Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 26/09/1923. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

Figura 3 – Imagem do busto de Etká Itwek no IML anos antes, mostrando todos os ferimentos causados por uma navalha. O Malho, Rio de Janeiro, 23/01/1932



Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Outros casos à parte, a imprensa publicava ainda, notícias sobre casos de suicídio envolvendo meretrizes e homens rejeitados pelas mesmas, além da violência nas mais diversas ocupações, desde o espaço fabril, até o confinamento do trabalho doméstico. Segundo Esteves (1989, p. 171), é nesse quadro de dominação masculina que prevalecia a moral relacionada entre os homens e a complacência com a infidelidade feminina, que muitas vezes “justificava” a violência. A ausência de elementos analíticos, ou seja, de estudos sobre a violência e assistência a mulheres, contribuía para reforçar os tons atribuídos a essas mulheres que, na busca por um espaço na sociedade, foram constantemente sujeitas ao esquecimento e à exclusão.

Mulheres que respondiam aos seus parceiros ou se recusavam a fazer algum serviço doméstico estavam entre o rol das vítimas; algumas vezes deixavam de fazê-lo por esquecimento e outras vezes, como forma de reagir à insatisfação com o companheiro (SOIHET, 2002, p. 03).

Os matadores de meretrizes e o “objetivo moral”

Paixão e honra foram temas frequentes na sociedade brasileira e periodicamente ganhavam os tribunais de júri associados a crimes que ocupam grandes espaços na imprensa jornalística. Os chamados crimes passionais, eram crimes motivados pela paixão e pela virilidade da honra masculina, e que no ponto de vista jurídico, “eram crimes torpes, muitas vezes causados por sujeitos que agiam por mera irracionalidade espontânea frente às ondas de ciúmes, ou então, por mulheres infiéis” (CORRÊA, 1982, p. 34). As regras do jogo que presidia os julgamentos desses crimes eram muito diretas, pois de acordo com o Código Penal de 1890, homens e mulheres possuídos pela paixão, matavam seus companheiros e eram julgados sob ângulos diferentes.

Nos estudos de polícia do final do século XIX, diferentes teorias se propuseram a tipificar e classificar os criminosos com base em relatos médicos e psiquiátricos, como é o caso de Lombroso (1997), precursor da Escola Positivista italiana no estudo da criminologia. Essas classificações variavam de acordo com os autores e apresentavam argumentos distintos, como Ferri e Garofalo. Para Ferri, em *Sociologia criminale* (1911), a ordem clássica da criminologia era constituída por: criminosos natos, loucos, passionais, ocasionais e habituais. Ao que interessa, com base nessas teorias, os estudiosos afirmavam que entre os “criminosos passionais”, a forte emoção momentânea ocasionava a perda da racionalidade, ou seja, juridicamente, não se podia julgar aquele que “está fora da razão” por referir os

princípios da sua moralidade. Essa teoria apontava o fenômeno emocional como razão determinante do delito, sendo cometido por sentimento individual, por um gesto isolado, produto de um desvario em um momento de desespero.

Sendo assim, por meio da documentação da época, foi possível identificar que muitos homens que assassinavam mulheres, conseguiam ser absolvidos por seus advogados, que atestavam o argumento de que a paixão amorosa é uma paixão social. Na teoria, isso tornava o crime passionai não um crime hediondo, mas sim uma reação provocada pelo sentimento de defesa dos valores individuais e familiares de homens “honrados”. Dando um salto no tempo, apenas com o Código Penal de 1940, é que foi estabelecido num dos seus artigos que a “emoção ou paixão não excluem a responsabilidade criminal.” Criou-se, então, fora do Código, a legítima defesa da honra.

Entretanto, entre as mulheres, segundo Engel (1998) a paixão deixava de ser uma manifestação de irresponsabilidade para se transformar numa desobediência às normas sociais, numa ruptura com o modelo de mãe de família, esposa abnegada, terna e sofrida. Entre mulheres prostitutas, essa relação era ainda mais implícita, porque não se tratava de “mulheres de honra”, nem tão pouco tinha um vínculo familiar estabelecido através de ritos e procedimentos religiosos que pregavam a “moralidade” e a “ética”. Assim, desvendando o terreno em que se assenta a violência, muitas vezes os discursos se voltavam contra as vítimas, culpando-as por estarem inseridas num contexto de perdição e vício imoral,

enquanto o sistema buscava modelar padrões masculinos de almas danadas e desprendia, legalmente, a violência do amor.

De volta ao período analisado, encontramos a cada passo, narrativas periódicas indicando que os assassinatos de meretrizes aconteciam em razão de uma “paixão irracional e amorosa”, e que nem sempre era causada por indivíduos próximos, mas sim de clientes ou proxenetas. Vulgarmente, nos casos de mulheres identificadas como sendo meretrizes, nem sempre a justiça se empenhava em determinar um desfecho, visto que eram mulheres consideradas socialmente sem importância. Outro fator que dificultava no processo legal era que, em muitos casos, as vítimas eram largadas em seus aposentos ou tinham seus corpos ocultados, dificultando o serviço pericial que não mais cumpria o seu dever de atestar o óbito e apontar as causalidades, sem apontar ou investigar um culpado.

Outro caráter leviano por parte dos criminosos, era o modo como esses crimes aconteciam. Em alguns casos, o uso de armas de fogo e de armamento branco determinava a causalidade da morte. O que interessa, no entanto, é a quantidade de homicídios envolvendo degolamento parcial ou total, bem como esquartejamento de membros do corpo, indicando que alguns desses crimes foram premeditados pelos seus autores. Essa forma brutal de assassinar mulheres meretrizes era algo que já vinha se desenrolando no Rio de Janeiro desde o final do século XIX. Tendo como exemplo, Maria Macedo, meretriz que na época residia na rua Barão de São Félix, região central, teve o corpo esquartejado após um violento

golpe que a deixou inconsciente. O autor do crime era Timóteo Freire da Silva, identificado como sendo um “preto idoso”, natural do Maranhão.

O exame dos aspectos evidenciados pela polícia relevou que Timóteo estava sozinho com a sua amante e que tentava a todo custo se relacionar com a desejada. Ao que indica, os dois teriam se desentendido e trocavam insultos, chegando a despertar a curiosidade dos vizinhos que não ouviam nenhuma palavra de Timóteo. Após o golpe, que aconteceu de forma “rápida e eletrizada”, o acusado, sem saber para onde ir, utilizou ferros usados em procedimentos cirúrgicos, que não foram bem detalhados pela polícia, e iniciou o esquartejamento do corpo, separando em partes as vísceras do corpo. O sujeito, após lavar o chão, depositou o corpo em um cesto e levou, no dia seguinte, para as proximidades do Cais da Lapa, na esperança de que os cachorros consumissem os restos, tentando em seguida, vender a carne em um açougue chamado Sol Posto.¹³

Figura 4 – Uma das ilustrações sobre o acontecimento publicado pela revista referida. Vida Policial.

Rio de Janeiro, 14/03/1925



Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹³ Vida Policial. Rio de Janeiro, 14/03/1925. In: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

O corpo foi despejado em um chafariz localizado no Largo do Depósito e rapidamente os cachorros saltaram à rua comendo os destroços do cadáver. A população logo identificou que se tratava de um corpo e acionou as autoridades policiais, que tiveram uma ampla repercussão nos boletins de jornais que transmitiram a notícia durante dias. O acusado foi preso e negou o crime na delegacia, mas acabou morrendo pouco tempo antes do julgamento.

Assim como esse caso, outras narrativas mais antigas apontavam crimes semelhantes nos anos de 1895 e 1898. O primeiro deles corresponde a um duplo homicídio contra duas meretrizes que residiam na rua Lavradio, que foram encontradas por terceiros seminuas ao pé da cama, em meio à poça de sangue, uma delas quase totalmente degolada. A topografia do ferimento examinado pela perícia indicou que nesse caso, a vítima foi perfurada por um golpe de navalha, deixando a cabeça suspensa do tronco do corpo. O segundo caso, reportado em 1898, tratava-se de Clara Mery, meretriz de origem francesa conhecida como “Mercedes”, considerada por aqueles populares como uma “celebridade local”. O cadáver da vítima apresentava inúmeras lesões por instrumento cortante, mas o que determinou o óbito foi um golpe de profundidade significativa na região do pescoço.¹⁴

São casos numerosos, semelhantes do ponto de vista médico-legal, mas que apresentam narrativas e desfechos distintos por parte dos agressores. Vale ressaltar também, o uso das armas de fogo e até envenenamento em outros

¹⁴ Archivo Vermelho. Rio de Janeiro, 16/12/1918. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

homicídios. O roubo seguido de morte era o grande destaque que surgia nas crônicas policiais de diversos jornais da época, alguns que chocavam pela frieza e outros despertavam a curiosidade por se tratarem de vítimas conhecidas por populares. O nível da barbárie nos bordéis cariocas era, a grosso modo, tão “obscuro” que a revista *Vida Policial*, em 1926, chegou a noticiar um caso descoberto por autoridades de Buenos Aires sobre o “homem morcego”. Esse sujeito costumava atrair suas vítimas, mulheres meretrizes, para matá-las unicamente com a intenção de beber o sangue delas. Quando descoberto, as autoridades identificaram dezenas de corpos em decomposição em um terreno baldio que servia como depósito pelo criminoso.¹⁵

Naquele mesmo ano, o assassinato de Rosa Schwatz, popularmente conhecida como “Lili das Joias”, tomou conta do noticiário carioca após encontrarem o seu corpo caído ao lado da cama. O que chamou atenção nesse caso, do ponto de vista criminalístico, foi que as autoridades passaram de fato a questionar o objetivo moral dos matadores de prostitutas que confiavam na impunidade em relação a esses crimes. Com base em alguns informes ouvidos por testemunhos, fazia algum tempo que a vítima sofria uma série de ameaças por parte de caftens que gerenciavam alguns estabelecimentos localizado na Rua das Marrecas. A motivação do crime teria sido um acerto de contas, e apenas um sujeito identificado como

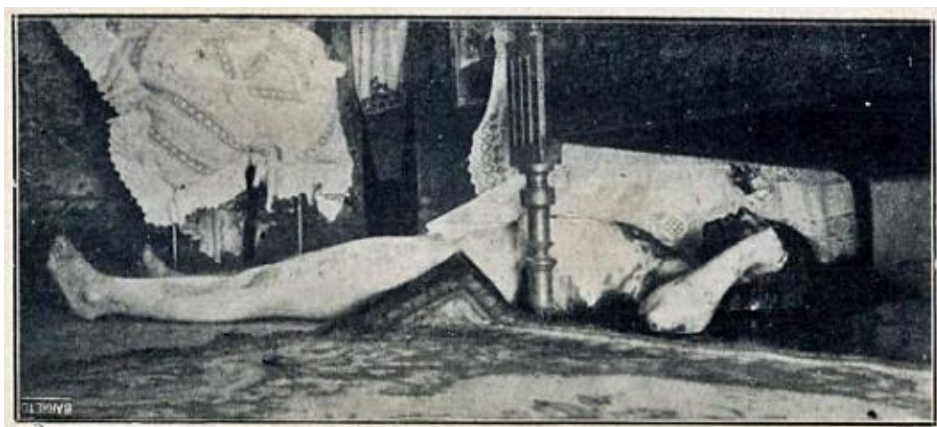
¹⁵ *Vida Policial*. Rio de Janeiro, 26/12/1925. In: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

Barcelló foi identificado após ter sido preso em São Paulo, meses depois de matar outra meretriz de nome Helena.¹⁶

Meses depois, a mesma revista teve acesso a documentos da Penitenciária de São Paulo, e relatou que o assassino de “Lili das Joias” tinha um certo tipo de fetichismo em matar as mulheres com quem ele dormia, usurpando em seguida os seus pertences. Até aquele momento, as autoridades cariocas tinham vagas informações a respeito do acusado, mas o pouco que se sabia era de que se tratava de um homem alto, de sotaque espanhol e acompanhado de outros dois colegas assassinos, Prado, Grune e Pranzini. Costumavam debochar nos bares da cidade que a prisão para esse tipo de crime era algo inevitável, pois pretendiam exterminar todo o meretrício da cidade, nem que para isso precisassem dormir com todas essas mulheres.

Figura 5 – “Lili das Joias” como foi encontrada morta pela polícia. Vida Policial, Rio de Janeiro,

11/04/1925

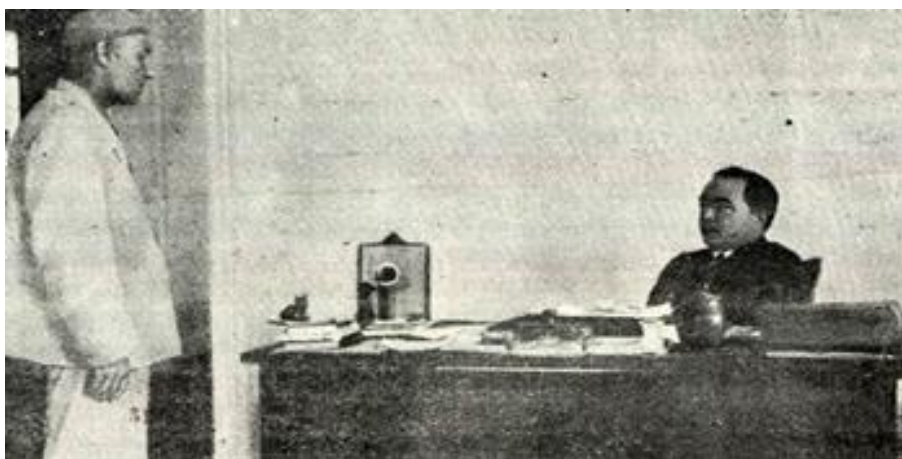


Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁶ Vida Policial. Rio de Janeiro, 11/04/1925. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

As reportagens traziam os casos da mesma forma, quase todos ressaltando em caixa alta, os títulos tendenciosos com a intenção de chocar o leitor sobre os casos. Nas revistas policiais do período, como o *Vida Policial*, *Boletim Policial* e *Revista Criminal*, as reportagens continham ainda fotografias inéditas, tanto da cena do crime quanto dos corpos após passar por perícia no IML. É o caso de Frida Mystal, morta por asfixia e coberta parcialmente por um lençol. A polícia chegou a suspeitar, de início, que se tratasse do assassino de Lili das Joias e de Sarah Itanowith, por circunstâncias similares. O criminoso foi identificado apenas como Rosário, conhecido proxeneta que administrava um bordel naquelas mediações. A polícia chegou até o indivíduo depois de testemunhos relatarem desavenças entre os dois, mas por falta de provas, Rosário acabou sendo inocentado e evadiu-se para o interior do Mato Grosso. Perguntado, tempos depois sobre esse crime, Barcelló respondeu; “uma meretriz a menos”.¹⁷

Figura 6 – Barcelló cumprindo pena na Penitenciária de São Paulo após ser condenado pela morte de outra meretriz. *Vida Policial*. Rio de Janeiro, 03/10/1925



Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁷ *Vida Policial*. Rio de Janeiro, 25/06/1925. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

Esses crimes hediondos que ocorriam e despertavam a atenção da população e da mídia, eram uma mistura de temor e curiosidade. A lei, por um lado, junto com outros saberes, como a psiquiatria e a neurologia, tentaram buscar em suas teorias, as explicações plausíveis sobre os criminosos perigosos. Com a intenção de investigar esses discursos, Foucault reuniu uma ampla documentação médica e jurídica em sua obra “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão” (1977), sobre um crime de parricídio na França do século passado. O autor analisou as investidas médicas para identificar algo anormal nas funções do assassino que justificassem tal comportamento. Fatos como esses levaram estudiosos como Cesare Lombroso (1997), a concluir que a maioria dos criminosos homicidas poderiam sofrer de epilepsia.

Noutro caso, a questão do homicídio seguido de suicídio aparece em duas narrativas periódicas. Houve também, um caso que inverteu a ordem do crime, quando a vítima, identificada como Rosa Nobrega, ou “Rosa Negra”, cometeu suicídio após sofrer com pressão, perseguição e até mesmo agressões de um amor não correspondido. A jovem de 19 anos, de origem portuguesa, preferiu a morte do que ser “arrebataada” por Lucas Vianna, sujeito que vinha demonstrando ideias “típicas de um cérebro doentio”. A forma como a notícia foi noticiada é um tanto tendenciosa e romanesca, ainda mais se tratando de uma revista policial. Isso porque, a publicação não fez nenhuma referência da cena do crime, ainda que as fotografias indiquem que, do ponto de vista criminalístico, se tratasse de uma morte

lenta ou suicídio, já que o corpo foi encontrado de bruços, apoiado pelos joelhos no chão de seu quarto¹⁸.

Figura 7 - A vítima, Rosa Negra como foi encontrada morta e depois examinada pela polícia. Vida Policial. Rio de Janeiro, 27/02/1926.



Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Esses casos foram se tornando parte de uma estatística que nunca sequer existiu no Rio de Janeiro. Nomes como Stella Agnes, Maria Luiza, Maria Milo, Célia, Maria “de tal”, Augusta Martins, Elizabeth Meller, Sylvia Serafim, da meretriz francesa Yvonne Courtouger, que teve repercussão internacional, dentre outras, foram expostos nas páginas da imprensa unicamente com o objetivo de conhecer os “mistérios” que aconteciam nas ruas da cidade, na calada da noite¹⁹. No universo que permeava a prostituição carioca nesse período, as meretrizes, conforme denota a historiografia sobre o tema, provinham de famílias pobres e quase sempre eram enterradas sem o consentimento de entes próximos. Noutros casos, a cena do crime são sempre as mesmas, com os corpos ensanguentados sobre lençóis, atirados no

¹⁸ Vida Policial. Rio de Janeiro, 27/02/1926. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

¹⁹ Revista Criminal. Rio de Janeiro, 04/05/1928. Ver: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

chão, ou ainda, em casos mais onde os corpos foram abandonados em terrenos abandonados.

Em muitos casos, o uso das imagens, por mais intensas, tinham como objetivo conduzir ao leitor da argumentação de que aqueles crimes poderiam ser justificados em razão do caminho escolhido por aquelas mulheres. De acordo com Souza e Guerra (2020), em especial no Rio de Janeiro, as fotografias de morte no começo do século XX, como em casos de violência, suicídio e homicídio, se tornaram um importante instrumento em provas de processos judiciais. Essa exibição frequente era a “imaginação transformada pelo terror”, que, na prática, não contribuía em nada na identificação do culpado, tão pouco ajudava contra a impunidade dos mesmos. Notou-se ainda, que a imprensa costumava assimilar as fotografias forenses, realizadas por perícia, com imagens das cenas do crime, para mostrar o antes e depois do estado cadavérico das vítimas.

Morrer só é um mistério. Um mistério que é preciso ser investigado. Em determinados contextos, se faz premente a presença policial e a abertura de processos: se a morte foi violenta ou não, cabe a ao estado determinar. Mas diante da solidão do último suspiro, entendemos esse tipo de morte como uma violência pela omissão de sentido, de causa, de razão. O procedimento judiciário do inquérito tenta dar sentido a essas mortes, a fotografia da cena em que se encontra o cadáver tenta reconstituir a cadeia de acontecimentos que levaram aquela pessoa, acidentalmente ou não, ao óbito (SOUZA; GUERRA, 2020, p. 297).

Conclusão

Ao todo, foram encontrados 36 casos de homicídio contra meretrizes apenas entre 1910 e 1925. É importante lembrar que, se tratando de sujeitos considerados

marginais, esses dados permaneceram desprezados. Todos esses casos, somados a outros tipos de fontes como processos-crime, documentos sanitários e os prontuários de meretrizes da cidade do Rio de Janeiro, podem oferecer um dado rico e significativo referente às percepções de gênero sobre crimes passionais. Nota-se, que a respeito da integridade, o tratamento e auxílio nos casos envolvendo meretrizes era diferenciado, mais uma forma de violência que foi sendo institucionalizada através de discursos dominantes sobre as camadas populares. Além de outros vícios típicos do espaço urbano, como as drogas, o consumo de álcool e as doenças venéreas, o homicídio era um dos caminhos que muitas meretrizes tiveram como destino.

Convém ressaltar que os números, sobretudo no que se refere aos homicídios, podem ser, em parte, ilusórios e fruto do preconceito. A violência policial acompanhou o crescimento da cidade como uma “doença crônica”. Introduziram-se novos instrumentos de repressão, mas basicamente o quadro permaneceu o mesmo. Creio que a limitação desta violência contra as meretrizes por parte da polícia, dependia, na prática, das transformações sociais e ideológicas. A partir daí, o problema fica insolúvel, pois a ilusão da eficácia policial, a certeza da impunidade e a aprovação social acabava por iludir o problema que estava menos no terminal da delegacia e mais na sociedade como um todo.

O tratamento do crime pela imprensa, mais ou menos como hoje, variava em função do público a que determinado jornal se dirigia. Por exemplo, em revistas femininas, tais como a Fon-Fon, que circulou no Rio de Janeiro no mesmo período,

não era comum apresentar discussões voltadas às camadas mais pobres, tão pouco ligadas à crimes de gênero. Alguns jornais se destinavam a um pequeno público instruído, visto que a leitura não era um hábito comum, pois a porcentagem de analfabetos era elevada. Vimos, com isso, que o uso das fotografias das vítimas servia mais para resumir, de forma visual, o lado sombrio da vida da cidade no limiar das espreitas agitações noturnas. Diferente da imprensa comum, a imprensa policial era, em alguns casos, mais sensacionalista, dando maior ênfase aos crimes de maior repercussão da época.

Por fim, era um tipo de imprensa onde na qual o crime saltava para as primeiras páginas, acompanhado sempre de imagens fotográficas muito nítidas, contundentes mesmo para os olhares acostumados a tantas coisas. É justo lembrar que alguns vespertinos combinavam o sensacionalismo com a crítica aos serviços públicos da cidade e a defesa das reivindicações contra as classes populares, em tudo não passava de cenas de sangue motivadas por razões “fúteis”. Percebemos, com isso, que o chamado “excesso policial” costumava a ser mais brando e violento contra os sujeitos “marginalizados”, e que o argumento da perda dos sentidos, ou da honra, para justificar tais crimes, é o contexto mais nítido dos valores masculinos que atravessavam os espaços íntimos de libertinagem em que o exemplo da imoralidade se confundia com a moralidade.

Referências

Periódicos consultados

Arquivo Vermelho, Rio de Janeiro. 16/12/1918.

Boletim Policial, Rio de Janeiro. 06/06/1914.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro. 26/09/1923.

O Malho. 23/01/1932.

Revista Criminal, Rio de Janeiro. 15/08/1927; 04/05/1928.

Últimas notícias, Rio de Janeiro. 12/03/1929.

Vida Policial, Rio de Janeiro. 10/10/1925; 17/10/1925; 07/11/1925; 14/03/1925; 11/04/1925; 26/12/1925; 27/02/1926; 09/04/1925. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

Bibliografia

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 198.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n. 4, p. 37-47, 1995.

CHÂTELET, Parent du. *De la Prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration*. França. 1836.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*.

Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*.

Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense. 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

FERRI, Enrico. Le credo de l'École Italienne. VIIe Congrès d'Anthropologie Criminelle. *Archives d'Anthropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique*. Tome 26, 1911.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes, vigilantes modernos. Circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KUSHIR, Beatriz. *Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

KALIFA, Dominique. *Os Bas-fonds: história de um imaginário*. São Paulo: Edusp, 2017.

LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*. Ícone. 1997.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n.18, p.9-18, ago./se1. 1989.

_____. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Del Mary. *Histórias da gente brasileira - República - Memórias (1889-1950)* - Vol. 3. Editora Leya, 2017.

RAGO, Margarth. *Os prazeres da noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008.

SCHETTINI, Cristiana. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos Pagu* (25), julho-dezembro de 2005, pp.25-54.

SCHETTINI, Cristiana. *“Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.

SHIZUNO, Elena Camargo. *A revista vida policial (1925-1927) - mistérios e dramas em contos e folhetins*. (Tese de Doutorado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - Mulheres pobres e ordem urbana-1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. São Paulo: educ Editora da PUC-SP, 2002.

SOUZA, Rosale; Guerra, Claudia. Morrer só no início do século XX: fotografias de violência como provas em processos judiciais no Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 19, 2020.

TARNOWSKY, Pauline. *Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses*. Paris: E. Lecrosnier et Bébé, 1889.

VINCENT, Isabel. *Bertha, Sophia e Rachel: a Sociedade da Verdade e o tráfico das polacas nas Américas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, Nova Iorque, 2006.